



**NIP-COM**

**Núcleo de Investigação em Práticas  
e Competências Mediáticas**  
Universidade Autónoma de Lisboa

*O NEGRO*  
**ÓRGÃO DOS ESTUDANTES  
NEGROS:  
QUE MODELO DE PUBLICAÇÃO?**

**JORGE FONSECA DE ALMEIDA**

Doutorando em Media e Sociedade no Contexto  
da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa  
Universidade Autónoma de Lisboa

Março de 2022



**WP  
06**

## RESUMO

O jornal *O Negro*, o único publicado por negros em Lisboa e dirigido à comunidade negra portuguesa e às comunidades negras dos territórios ocupados por Portugal em África, publicou-se em Lisboa em 1911, tendo o seu primeiro número surgido meses depois da implantação da República. Projeto singular pela temática abordada, público-alvo e orientação política, esta publicação surge como um caso a merecer um estudo aprofundado. O nosso objetivo é enquadrar *O Negro* no modelo de imprensa que melhor o descreva e caracterize. Para isso, iremos adotar a metodologia de estudo de caso assente em método qualitativo comparativo. Como quadro de análise, usamos as teorias de Siebert/Peterson/Schramm e de Hallin & Mancini. Concluimos que *O Negro* não se enquadra em nenhum dos modelos propostos, antes surge como um híbrido entre o modelo libertário e o soviético, num caso, e entre o modelo pluralista polarizado e o modelo democrático corporativo.

**PALAVRAS-CHAVE:** *O Negro*, Movimento Negro, Primeira República, Imprensa, Movimentos Sociais

## INTRODUÇÃO

O jornal *O Negro* publicou-se em Lisboa, por iniciativa de um grupo de estudantes negros, em 1911, tendo o seu primeiro número surgido meses depois implantação da República. Surge como singularidade no panorama editorial lisboeta da época, sendo o único jornal publicado por negros na metrópole e dirigido à comunidade negra portuguesa e às comunidades negras dos territórios ocupados por Portugal em África.

Os modelos de imprensa têm sido abundantemente estudados nas últimas décadas, mas dois trabalhos dominam este campo de estudos: o de Siebert, Peterson e Schramm, intitulado *Four Theories of the Press*, e o de Hallin e Mancini. Apesar de os modelos se referirem a todo o sistema de comunicação de um país, no interior de cada sistema existem jornais que não se encaixam nas características do modelo dominante.

O nosso trabalho identifica as características específicas de *O Negro* à luz dos modelos de Siebert/Peterson/Schramm e de Hallin/Mancini, e procura explicá-las.

## METODOLOGIA

Seguimos uma estratégia metodológica assente no estudo de um caso, o de *O Negro*, através de um método qualitativo usando um quadro de referência dialético. O caso deste jornal justifica-se pelo seu particularismo materializado em diferenças marcadas em relação aos jornais da época em termos de temática, de público-alvo e de orientação política. Em termos de temática, avulta a luta contra o preconceito de cor e a defesa da igualdade de direitos para as populações negras, e a discussão em torno de caminhos para a emancipação dos negros que contrasta com a temática mais generalista da maioria dos jornais da época. No que respeita ao público-alvo, dirige-se prioritariamente à população negra letrada de Portugal e dos territórios africanos ocupados por Portugal, sendo evidente a diferença em relação à maioria dos jornais publicados que se dirigiam à população letrada branca de Portugal. Em termos de orientação política, encontramos uma defesa da autonomia política dos territórios africanos ocupados, chegando a reclamar África para os africanos quando o ambiente geral era de defesa do colonialismo. Estamos, assim, perante um caso absolutamente singular no seu tempo que merece ser estudado e aprofundado.

As metodologias qualitativas são, pela sua flexibilidade de ajuste ao fenómeno a estudar e pela sua maior focagem no objeto de estudo, muito utilizadas na análise de publicações e em problemas de verificação da existência ou ausência de características gerais num

fenómeno particular. São também mais fortes quando o que procuramos é encontrar significados em textos. “A investigação qualitativa trabalha com o universo de sentidos, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes”<sup>1</sup> (Almeida et al., 2017, p.370).

Seguimos três passos após a escolha do tema a estudar: a recolha dos dados, a sua análise sistemática à luz dos dois modelos que escolhemos e, finalmente, a discussão de conclusões e suas limitações e circunscrição. Como se publicaram apenas três números do jornal *O Negro*, não usamos nenhum método de amostragem, tendo a análise incidido sobre todo o universo, o que, naturalmente, reforça as conclusões a retirar do estudo.

Usando os conceitos desenvolvidos por Siebert/ Peterson/ Schramm e por Hallin e Macini, criámos uma grelha com as características principais de cada modelo. Num segundo momento, identificámos quais as características de cada modelo que o jornal *O Negro* preenche. Num terceiro momento, discutimos o posicionamento obtido.

## **MODELOS DE IMPRENSA**

Nos anos 50 do século XX, F. Siebert, T. Peterson, e W. Schramm publicaram o estudo *Four Theories of the Press* em que apresentam a ideia da existência de quatro modelos distintos de imprensa, a saber: o autoritário, o libertário, o de responsabilidade social e o modelo soviético.

O modelo autoritário pressupõe um alto grau de controlo estatal por parte dos governos e algumas formas de censura ou autocensura de carácter político, moral ou económico/empresarial. O modelo libertário ou liberal tem por base a liberdade de imprensa, i.e. a possibilidade de os donos dos jornais publicarem o que entenderem, cabendo aos leitores a responsabilidade de escolher as suas fontes de informação. O modelo de responsabilidade social mitiga o modelo liberal, impondo uma regulação pública, por vezes sob a forma de autorregulação do setor. Trata-se, pois, de uma forma intermédia entre o modelo autoritário e o modelo libertário, permitindo aos governos ampla interferência nos conteúdos. O modelo soviético consistiria em colocar os órgãos de comunicação ao serviço da classe operária e do seu partido (Seibert et al., 1961). A teoria aponta como causas estruturais destes modelos a capacidade do país pagar pela sua imprensa, os recursos tecnológicos que emprega, o seu grau de urbanização e o que identificam como a variável essencial: a estrutura política e social do país (Seibert et al., 1961, pp. 1-2).

---

<sup>1</sup> Nossa tradução de “qualitative research works with the universe of meanings, motives, aspirations, beliefs, values and attitudes” (Almeida et al., 2017, p.370).

A teoria dos quatro modelos resistiu ao tempo, continuando a ser citada e base para muitas investigações. John Nerone atribui esta atratividade a vários fatores, sendo que “o primeiro é a forma como combina um mapa, evidentemente empírico, dos sistemas de comunicação com uma história moralmente carregada”<sup>2</sup>. De seguida, refere que o mapeamento apresentado é pouco rigoroso e que o de Hallin/Mancini lhe é superior embora não possua a clareza moral/ideológica do de Siebert/Peterson/Schramm (Nerone, 2018). Entre as críticas aos modelos de Siebert/Peterson/Schramm avultam: i) a insuficiência dos quatro modelos para abranger a diversidade de modelos encontrados nos vários países e, ii) o seu eurocentrismo.

Por seu lado, Hallin & Mancinni no clássico *Comparing Media Systems* descrevem três modelos: o pluralista polarizado, o democrático corporativo e o liberal.

O primeiro, dominante nos países do Sul da Europa, caracteriza-se por uma baixa circulação e por ser dirigido às elites e não as massas, por reproduzir a divisão partidária, por ser orientado para o comentário e não para a notícia, por uma grande instrumentalização e partidarização, e por uma intervenção do Estado. O modelo democrático corporativo caracteriza-se por uma elevada circulação, por um pluralismo externo, especialização na defesa de um grupo ou interesse, grande profissionalização e forte presença do Estado. Finalmente o liberal, típico dos países anglo-saxónicos, apresenta tiragens médias, um jornalismo focado na informação, dominado pelo mercado e com pequena intervenção estatal.

Os autores incluíram Portugal no modelo pluralista polarizado (Hallin & Mancini, 2004).

## **IMPrensa EM PORTUGAL E NOS TERRITÓRIOS AFRICANOS OCUPADOS NO INÍCIO DO SÉCULO XX**

A imprensa em Portugal surge no século XVII durante o período da ocupação filipina<sup>3</sup>. Durante largos períodos de tempo – “entre 1667 e 1715 não surgiram novos periódicos estáveis em Portugal” –, praticamente não se editaram jornais em Portugal em completa contracorrente com a Europa e as Américas (Sousa, 2011, p.6). Entre as razões para este atraso temos a Inquisição, que punia opiniões contrárias à ortodoxia católica, e o controlo

---

<sup>2</sup> Nossa tradução de “the first is the way it combines an apparently empirical map of media systems with a morally charged history” (Nerone, 2018).

<sup>3</sup> O periódico que os historiadores identificam como o primeiro editado em Portugal ostentava o longo título de *Relação Universal do Que Sucedeu em Portugal & Mais Províncias do Ocidente e Oriente, Desde o Mês de Março de 625 Até Todo Setembro de 626. Contém Muitas Particularidades & Curiosidades*. Foi publicado em 1626 e dele só dois números viram a luz do dia.

real da imprensa que chegava ao extremo de os jornais serem escritos pelos funcionários: “entre 1760 e 1762, a Gazeta de Lisboa passou a ser elaborada e publicada pelos funcionários da Secretaria dos Negócios Estrangeiros da Guerra” (Sousa, 2011, p. 8).

Foi só na segunda metade do século XIX que a imprensa ganhou dimensão e saiu do pequeno círculo de letrados em que vegetava. “Em 1880, calcula-se que existissem em todo o país uns 200 jornais; nos meados da década de 1890 seriam já quase 400 e no início do século XX 592, de acordo com uma apurada estatística da autoria de Brito Aranha”. Na sequência da implantação da República dá-se uma expansão expressiva da imprensa (Sardica, 2012, p. 349). No entanto, o elevado analfabetismo, que bordejava em 1910 os 70% da população com idade superior a 7 anos (Ferraz, 1975, p. 459), impedia as tiragens de tomar grandes dimensões. Sem uma base de leitores, a maioria dos jornais imprimia tiragens inferiores a 1.000 exemplares – “mais de 50% de todos os periódicos – jornais e revistas – tinham tiragens inferiores a 500 exemplares. Só 8 (1,9%) grandes jornais tiravam acima de 10.000 exemplares. Dos demais, 28,7% imprimiam entre 500 e 1.000 cópias, 14,1% entre 1.000 e 5.000 e 2,4% entre 5.000 e 10.000” (Marques, 1991).

Os profissionais do ramo estavam agrupados em organizações representativas das respetivas classes: “fundou-se em Lisboa, em 1896, uma Associação dos Jornalistas (...) que reunia diretores e editores de jornais. No Porto, em 1897, surgiu uma Associação de Imprensa que juntava repórteres, noticiaristas e (...) em 1904, na Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa” (Sardica, 2012, p. 351). O aumento de jornalistas, a divisão do trabalho e a consolidação de uma hierarquia profissional, a par com o desenvolvimento de uma linguagem jornalística partilhada por jornalistas e leitores, e a organização dos profissionais em associações de classe revelam um setor profissionalizado (Sousa, 2011). Em vésperas da Revolução de 5 de outubro, temos um mercado institucionalizado com muitos títulos disputando um conjunto de leitores diminuto. Não admira, pois, que muitos jornais tivessem na época vidas efémeras.

Os primeiros trabalhos sobre a imprensa nos territórios africanos colonizados por Portugal devem-se a Brito Aranha. Na sua pesquisa encontrou 40 jornais<sup>4</sup> publicados nos territórios africanos colonizados por Portugal, um número diminuto e muito concentrado em Luanda que, com 18 títulos, representa quase metade de todos os periódicos publicados até 1885. A maioria destes jornais fruíram de uma vida curta, alguns só tiveram mesmo um único número, poucos ultrapassaram os cinco anos de vida, e todos tiveram uma tiragem exígua. Esse atraso deve-se essencialmente a razões de carácter político-económico e ao próprio

---

<sup>4</sup> A lista de Brito Aranha, se no essencial está correta, tem pequenas imprecisões e omissões que vieram a ser colmatadas por estudos subsequentes.

atraso da imprensa portuguesa. “A política portuguesa em face de suas colônias, ao contrário de Espanha, atrasou em cerca de trezentos anos a implantação da imprensa em seus territórios” (Hohlfeldt & Grabauska, 2010, p. 195).

Os primeiros jornais publicados na África subsaariana surgem no início do século XIX<sup>5</sup> e eram jornais de colonos para colonos. Os primeiros jornais verdadeiramente africanos surgem na Libéria, com o *Liberia Herald* cujo primeiro número data de 1826. Depois do *Liberia Herald* muitos outros jornais surgiram na Libéria num total de mais de 100 num curto espaço de tempo após a independência (Best, 1997, p. 46). Se os primeiros jornais publicados em África datam de 1800, nas colônias portuguesas até aos anos 50 apenas se publicou o Boletim Oficial em Cabo Verde e até meados da década de 60 apenas se publicavam os cinco Boletins Oficiais. Só a partir de 1866 é que surgem os primeiros jornais não oficiais, isto é, com um atraso de mais de meio século. Quanto aos primeiros jornais escritos e dirigidos por africanos e dedicado ao público africano, eles começaram em 1830 na Libéria, mas só surgiram em Cabo Verde por volta de 1880 e só depois noutras geografias africanas dominadas por Portugal. Novamente com cerca de 50 anos de atraso. Quando surge *O Negro* em Lisboa estávamos, se bem com diferentes graus de desenvolvimento nos diferentes territórios ocupados por Portugal, ainda na fase inicial e de desenvolvimento da imprensa colonial. Tinham aparecido os primeiros jornais de africanos para africanos, mas todos com vida curta.

## **O NEGRO: BREVE APRESENTAÇÃO**

Aproveitando uma conjuntura favorável com o fim das leis limitativas da liberdade de imprensa, um grupo de jovens estudantes negros lança um jornal poucos meses depois da revolução de 5 de outubro. Na verdade, “uma das primeiras preocupações da República foi libertar a imprensa periódica das peias legais que a limitavam, reconduzindo-a a situação idêntica à dos melhores anos do constitucionalismo” (Tengarrinha, 1898). Foi um período relativamente curto, mas que permitiu o aparecimento de inúmeros títulos.

A irregularidade de publicação<sup>6</sup> e as mudanças de proprietário atestam a dificuldade que um núcleo estudantil enfrentava para poder fazer chegar a sua voz a um público mais alargado. Posicionado como o jornal do movimento estudantil negro, *O Negro* assumia um carácter de jornal generalista cobrindo a atualidade portuguesa e internacional, mas sempre

---

<sup>5</sup> Entre os primeiros títulos encontram-se o *Cape Town Gazette* na África do Sul, datado de 1800, e o *Royal Gazette* na Serra Leoa, de 1801.

<sup>6</sup> O primeiro número foi publicado em março de 1911 e só dois meses depois surge o segundo número. O terceiro vai demorar mais cinco meses.

abordada de um ponto político em que a defesa dos negros assumia centralidade. A estrutura do jornal, a qualidade dos artigos, a cuidada impressão, a sua lista de correspondentes, a publicidade angariada, mostram por outro lado o profissionalismo e a seriedade do empreendimento.

## **O NEGRO: ORIENTAÇÃO EDITORIAL**

Identificámos quatro grandes linhas de orientação editorial: i) o antirracismo e a defesa dos negros; ii) o internacionalismo negro; iii) a defesa da autonomia política dos territórios ocupados por Portugal como etapa para a emancipação; iv) a educação científica como caminho para a libertação do africano.

Duas linhas políticas distintas coligavam-se na redação de *O Negro*. Uma mais moderada, favorável à República, à emancipação pela educação, e outra mais esclarecida sem ilusões quanto à eficácia da educação, cética em relação à República e mais centrada na conquista de direitos políticos e sociais. Uma alinhada com a visão de Booker T. Washington e outra mais inclinada para as ideias pan-africanistas de WEB du Bois. Uma mais à direita do espectro político, outra mais à esquerda. Este equilíbrio entre dois caminhos, esta hesitação entre duas políticas, poderia ser paralisante, mas em *O Negro* dá lugar a uma reflexão profunda e fértil e a uma ação unitária.

No primeiro número, dois artigos estabelecem a orientação de *O Negro* como jornal opositor do racismo/preconceito de cor. Num escreve-se: “A nossa escravidão é secular e em virtude dela temos sofrido todos os vexames e tiranias” (“Reflectamos,” 1911). Mas as jovens gerações, prossegue o artigo, pretendem a emancipação:

“Cremos ter chegado para todos nós, velhos ou crianças, adultos ou novos, o momento asado para refletirmos: não queremos continuar a ser enganados, porque estamos fartos de pagar, estamos fartos de tutores, de Salvadores e Senhores e tudo a que aspiramos é aprender a orientar as nossas ideias e a libertar-nos de todas as formas de tirania e exploração com que nos têm escravizado, esmagando em nós todas as energias de inteligência e todas as manifestações de vida social” (“Reflectamos,” 1911).

Esta linha claramente antirracista perpassa em todos os números do jornal. Vejamos mais alguns exemplos. Ainda no primeiro número de *O Negro*, Pedro Gambôa denuncia a construção em São Tomé “d’um bairro destinado especialmente para europeus” e a



atribuição de lugares no funcionalismo público a brancos em detrimento de negros mais habilitados (Gambôa, 1911a). No segundo número, encontramos outro contundente artigo em que o autor reprova explicitamente quem julga os outros pela cor e não pelo seu valor (Gambôa, 1911b). No segundo e terceiro números do jornal, podem ler-se vários textos de teor antirracistas, nomeadamente um assinado por um leitor da Guiné que denuncia “o grande ódio” dos colonialistas “aos naturais da Guiné” (“Tribuna do povo,” 1911).

A análise da situação internacional, através de pequenas notícias, é uma das grandes preocupações de *O Negro*, refletindo uma visão larga do mundo e uma atenção à política mundial. No número de maio dá-se conta da dramática situação dos negros americanos e denuncia-se os linchamentos (“A ferro e fogo,” 2009). São numerosos os relatos, as notícias, os comentários sobre as condições de vida e luta destas populações. Alguns exemplos: a luta dos naturais de Cabinda levados para São Tomé, mas que eram obrigados a pagar o imposto de palhota na sua terra natal; a exigência de medidas contra a febre-amarela que afligia Bolama; o pedido de providências contra a fome em Cabo Verde, e muitos outros. Este internacionalismo surge na versão pan-africanista, mas também na versão de Booker T. Washington. No segundo número de *O Negro* destaca-se uma conferência internacional promovida por Booker T. Washington e agendada para 1912 para “tratar do aperfeiçoamento moral e material da raça negra”<sup>7</sup>.

*O Negro* luta pela autonomia dos territórios africanos ocupados, mas nunca chega a pronunciar a palavra independência. Uma linha pede, como na transcrição que faz de uma representação de indígenas de São Tomé e Príncipe ao Governo Português autonomia e boa administração: “Portugal, pequena nação continental, seria hoje uma grande nação, se pela sã e cuidada administração das suas colónias tivesse levado estas ao grau de prosperidade que tem atingido as colónias de outros países” (“Das contribuições directas,” 1911). Não se questiona a pertença, mas antes a incompetência da administração e a voracidade da exploração e dos impostos excessivos que tolhem o desenvolvimento. Embora criticasse abertamente o “sistema colonial mais aberrante do mundo”, ainda não questionava a sua essência. A propósito da Liga dos Interesses Indígenas, em São Tomé, escreve-se: “Compreenderam finalmente os negros de S. Tomé que não podem nem devem contar com a filantropia dos seus senhores dominadores e parasitas; que há chegado para todos nós o momento azado para refletirmos e compreendermos que apenas podemos contar com o nosso esforço e vontade para, de conquista em conquista, realizarmos o nosso ideal de emancipação e liberdade” (“Em prol dos negros,” 1911). Um

---

<sup>7</sup> Trata-se da International Conference on the Negro que veio a ser realizada, de 17 a 20 de abril de 1912, no Alabama.

programa reformista de emancipação a longo prazo que, de “*conquista em conquista*”, leve à liberdade. Outro artigo explica a drenagem dos recursos dos territórios africanos ocupados para o Tesouro metropolitano. Com base neste facto defende-se a aplicação desse excedente nos territórios ocupados e uma autonomia orçamental (“As colónias nada devem à metrópole,” 1911).

Outra linha surge em artigo de Pedro Gambôa que começa por recordar a luta pela afirmação nacional portuguesa ao longo dos tempos e contra as invasões francesas em particular: “(...) sacode os ombros convulsivos ao sol vivificante da civilização e arremessa-se como leão raivoso aos seus invasores e repele-os com uma energia indómita (...) e a sua independência é hoje um facto consumado” (Gambôa, 1911b). E tal como Portugal lutou e conquistou a sua independência outros povos deverão segui-lo. “Cremos, pois, que ao negro lhe assiste hoje o mesmo direito” (Gambôa, 1911b). E conclui: “E se assim fizermos com certeza não tardará o dia em que cheios de orgulho convicto brada à Europa: «Alto pois a Europa é para europeus e a África é para africanos»” (Gambôa, 1911b) . Um grito muito perto do de Dom Pedro I do Brasil. Atente-se neste texto: “Impulsionará a organização do **Partido Africano**<sup>8</sup> que saberá ser conscienciosamente hostil aos seus opressores e tiranos. Em cada província, em cada cidade, em cada aldeia, constituir-se-ão Associações, Grémios, Caixas Económicas, Cooperativas, cujo ideal supremo será a realização da Máxima de Monroe<sup>9</sup> aplicada a África” (“Um apelo,” 1911). Aqui se propõe já a constituição de um partido político que defenda os interesses dos africanos. E um partido que seguisse a máxima de Monroe que era a da “América para os americanos” e que se consubstanciou na independência completa das Américas. Uma proposta ousada de cariz pan-africanista.

Em suma: em *O Negro* manifestam-se duas linhas autonomistas, uma mais cordata e defensora da integração dos territórios africanos no seio da República e outra mais ousada que, se bem que nunca utilize a palavra independência, vê numa ampla autonomia a via para a libertação. A primeira aposta na via legal, nas petições, nas representações, nos lamentos institucionais; a outra, mais combativa, pretende mobilizar as forças vivas e preparar a rebelião.

O artigo “A nossa orientação” rebate algumas ideias sobre a via educativa e as garantias jurídicas para a emancipação. Refutando Hubert<sup>10</sup>, afirma-se: “(...) nem as normas de direito podem modificar o estatuto social dum povo, nem a instrução por si só pode levantar

---

<sup>8</sup> Nota do autor: a negrito no original.

<sup>9</sup> Nota do autor: em itálico no original. Substituímos o itálico pelo sublinhado.

<sup>10</sup> Lucien Hubert (1868-1938) foi um político francês, administrador colonial, ministro da Justiça (1929-1930), grande defensor do colonialismo, autor de várias obras sobre África e sobre a forma de a dominar.

o nível moral e intelectual de uma raça”. O Direito porque nada mais é que “o arbítrio dos fortes” e a instrução porque é “insuficiente para minorar a essas populações a escravidão política e económica de que têm sido vítimas há cinco séculos”. *O Negro* põe o acento tónico na libertação política e económica.

Para modificar e engrandecer as ideias do homem é preciso, antes de tudo, modificar e engrandecer as condições, de toda a natureza, do meio sociológico em que ele vive; e para a modificação eficaz deste é necessário modificar as condições materiais da sua existência. É que as ideias são a representação cerebral do ambiente ... social que o cerca (“A nossa orientação,” 1911).

E o próprio artigo explica, então, o caminho da luta. Primeiro, “a única transformação a conseguir é a transformação da posse da propriedade pela expropriação dos que a conquistaram e gozam em detrimento dos seus legítimos donos”. Nada mais, nada menos que a retoma da posse da terra e das propriedades conquistadas pelo colonialismo. E conclui: “Queremos uma África propriedade social dos africanos e não retalhada em proveito de nações que a conquistaram” (“A nossa orientação,” 1911).

A par deste artigo, *O Negro* também publica uma extensa entrevista com Booker T. Washington. Na entrevista, Booker T. Washington diz que “há quarenta e cinco anos, por ocasião da nossa libertação, apenas 20% da raça negra sabia ler, e hoje 57% dos negros são capazes de ler e escrever”. Curioso não se ter apercebido que Portugal, onde apenas cerca de 30% da população sabia ler e escrever, conseguia colonizar grandes territórios africanos e que os negros norte-americanos muito mais alfabetizados continuassem completamente subjugados. O caminho para a libertação, segundo Washington, passava pela educação e pelo empreendedorismo. Ainda na entrevista, o líder afro-americano separa os negros americanos dos negros africanos, dizendo que enquanto as necessidades dos primeiros são “idênticas ou quasi às dos brancos ao passo que o negro da África Austral tendo menos necessidades procura menos satisfazê-las. Conservando-se durante muito tempo um ser votado à preguiça, a não ser que as suas ideias se engrandecem pela instrução e que uma vez ilustrado compreenda o valor do conforto moderno” (“Como Booker T. Washington interpreta a questão da raça negra,” 1911).

Uma discussão rica em que ambos os lados veem na educação uma forma de progresso, mas em que um lado a considera a mais importante via para a emancipação e o outro lado não tem ilusões quanto a tal caminho e privilegia a luta política.

## QUE MODELO DE JORNALISMO?

Em Portugal, desde o século XVII até 1974 predominou um modelo de imprensa autoritário, caracterizado por uma censura e por um dirigismo de cima para baixo. Lembremo-nos dos jornais escritos por funcionários da Coroa e da censura que existiu quer na Monarquia Constitucional, quer na I República, quer ainda no regime do Estado Novo. É certo que houve breves períodos intermitentes de liberdade de imprensa, mas estes em geral foram breves e não duraram o suficiente para alterar radicalmente o posicionamento da imprensa. Com o fim da monarquia, a I República libertou a imprensa da censura e das amarras políticas e, por breve espaço de tempo, existiu um clima de maior liberdade de expressão, que foi depois sufocado à medida que o regime enfrentou contestação e se entrou na Grande Guerra. Em 1911, na época em que se publicou *O Negro*, vivia-se um desses raros interregnos de liberdade de imprensa.

Os modelos de Siebert/Peterson/Schramm e de Hallin & Mancini, se bem que sistémicos, partem das características dos jornais individuais procurando depois deduzir/generalizar para o conjunto do agregado. Assim sendo, é possível verificar se *O Negro* se encaixa nas características de algum modelo específico.

Da teoria de Siebert/Peterson/Schramm, retirámos as variáveis que caracterizam os órgãos de comunicação social em cada modelo. Assim, por exemplo, o modelo libertário exige muitos jornais de pequena dimensão que formem “um mercado de ideias”, enquanto o de responsabilidade social prevê que existam empresas de grande dimensão. Com base nessas variáveis, construímos um quadro comparativo que contrastamos com as características de *O Negro*.

	O Negro	Libertário	Modelo Responsabilidade Social	Soviético
Influência Governamental	Não	Não	Regulação pública	Sim
Censura	Não	Não	Auto-censura / Regulação	Auto-censura / Regulação
Pluralidade interna	Sim	Não	Parcial	Parcial
Defesa de um Partido, classe ou grupo	Sim	Não	Parcial	Sim
Apoiar o sistema político democrático	Não	Sim	Sim	Não
Apoiar o sistema económico capitalista	Não	Sim	Sim	Não
Propriedade	Associação Estudantes	Empresário privado	Grande Empresa	Partido político, sindicato, associação ou o Estado
Dimensão	Pequena	Pequena	Grande / Holigopolio	Variável
Interesse a servir	Grupo Social	Proprietário	Público	Grupo Social / Classe
Proibições	tudo o que se oponha a emancipação dos Negros	difamação, indecência, sedição em período de guerra	o que ponha em causa os interesses vitais da classe da elite económica e política	crítica do Partido e às suas causas

Se, do ponto de vista normativo, o modelo da imprensa portuguesa em 1911 balançava entre o autoritário (herança da monarquia) e o libertário (com a liberdade de imprensa e a explosão do número de títulos), *O Negro* parece melhor ser descrito como um híbrido entre o modelo libertário e o modelo soviético. Note-se, contudo, que esta caracterização pode ser considerada anacrónica, uma vez que a Revolução de Outubro só ocorreria seis anos depois de *O Negro* terminar a sua publicação, mas na medida em que o modelo dito “soviético” se define não pela pertença a um país ou a uma época, mas por um conjunto preciso de características, ele pode ser aplicado, com as necessárias cautelas, a casos anteriores à própria revolução socialista na Rússia.

Na verdade, estaria próximo do modelo soviético no sentido não de ser um jornal ao serviço da classe operária, mas antes de pretender ganhar o estatuto de órgão de comunicação, ou voz, de um grupo explorado: as pessoas racializadas negras. Outro ponto de contacto era a oposição ao modelo político instaurado, o colonialismo. Tinha pequenos laivos do modelo de responsabilidade social no facto de praticar uma pluralidade interna, rara na época. Aproximava-se do modelo libertário na medida em que estava livre de influência governamental, era um jornal de pequena dimensão e recusava a censura. Tratava-se, pois, de um jornal híbrido com características de jornais do modelo libertário e do modelo soviético, entendido este de forma lata e atemporal. Esta hibridez resulta do facto de *O*

*Negro* não se posicionar apenas como mais um jornal no interior do consenso colonial da Monarquia/I República e procurar ser a voz do grupo de pessoas racializadas de Portugal e dos territórios ocupados por Portugal. O seu posicionamento é externo ao sistema de imprensa dominante. É no carácter pan-africanista que radicam as suas semelhanças com o modelo soviético e o afastam do modelo libertário.

As dimensões usadas por Hallin e Mancini para comparar os diversos modelos de imprensa são basicamente quatro: a estrutura do mercado da comunicação social, o grau e as formas do paralelismo político, o grau e as formas do profissionalismo dos trabalhadores do setor, e o papel do Estado (Hallin & Mancini, 2010, p. 56).

	O Negro	Polarizado Pluralista	Modelo Democrático Corporativo	Liberal
Circulação	Baixa	Baixa	Grande	Média
Publico Alvo	Elite	Elite	Massas	Massas
Profissionalização	Não	Fraca	Elevada	Elevada
Paralelismo	Não	Sim	Não	Não
Pluralismo Interno	Sim	Não	Não	Parcial
Apoio estatal	Não	Sim	Parcial	Não
Voz de Grupo social	Sim	Não	Sim	Não

Procurámos, também neste caso, enquadrar *O Negro* nos modelos propostos, mas surgiram dessintonias. Relativamente ao modelo Pluralista Polarizado, que parece dominante na imprensa portuguesa da I República, *O Negro* afastava-se em vários pontos embora também apresentasse pontos de contacto. De facto, *O Negro* dirigia-se a uma elite ilustrada, os estudantes negros, e não a grandes massas populares, o que pode ser desde logo constatado pela linguagem erudita utilizada nos seus artigos, pese embora que os títulos de primeira página pudessem apelar a um público mais vasto. Afasta-se do molde Pluralista Polarizado na medida em que não contava com ajudas públicas nem estava enfeudado a nenhum dos partidos institucionais do momento, nomeadamente não alinhava com o Partido Republicano Português que durante o tempo de publicação de *O Negro* era

o partido dominante (se bem que já dividido em tendências que se iriam pouco depois autonomizar em partidos distintos). Nesse sentido, *O Negro* não refletia qualquer paralelismo com nenhuma corrente política de então. Apresentava também uma importante característica do protótipo Democrático Corporativista, na medida em que defendia um conjunto de interesses particulares, os da pequena e média burguesia negra dos territórios africanos ocupados por Portugal.

*O Negro* surge como um jornal singular não enquadrável nas características principais da imprensa de nenhum dos modelos propostos por Hallin & Mancini, antes se situando na fronteira ente os jornais do modelo Pluralista Polarizado e o Democrático Corporativo.

## CONCLUSÕES

Em 1911, publicou-se em Lisboa o jornal *O Negro* por iniciativa de um grupo de estudantes negros. Neste artigo, o nosso objetivo era enquadrar *O Negro* no modelo de imprensa que melhor o descrevesse e caracterizasse. Para isso, adotámos a metodologia de estudo de caso assente em método qualitativo comparativo. Como quadro de análise, usámos as teorias de Siebert/Peterson/Schramm e de Hallin & Mancini.

Concluimos que *O Negro*, pelas suas características singulares, não se enquadra em nenhum dos modelos propostos, antes surge como um híbrido entre o modelo libertário e o soviético num caso e entre o modelo pluralista polarizado e o modelo democrático corporativo.

Esta conclusão, contudo, deve ser tomada com precaução, pois, relava de teorias que foram elaboradas muito depois de *O Negro* ter terminado a sua vida e sem que nenhuma das duas reclamasse pretensão de explicação retroativa. Seriam úteis estudos mais amplos sobre jornais da época para determinar se *O Negro* foi uma exceção ou pode ser agrupado com outros jornais.

## REFERÊNCIAS

- Almeida, F., Queirós, A., & Faria, D. (2017). Strengths and limitations of qualitative and quantitative research methods. *European Journal of Education Studies*, 3(9), 369–386. <https://doi.org/10.5281/zenodo.887089>
- Best, K. Y. (1997). The Liberian Press: Quo Vadis? *Liberian Studies Journal*, XXII(1), 45–66.
- Ferraz, M. (1975). O desenvolvimento socioeconómico durante a Primeira República (1910-26). *Análise Social*, 11(42), 454–471.

- Gambôa, P. (1911a, March 9). As lamentações d'um negro fiel interprete d'um povo inteiro. *O Negro*.
- Gambôa, P. (1911b, May 21). Considerações gerais sobre o preconceito de raças. *O Negro*.
- Hallin, D. C., & Mancini, P. (2004). *Comparing Media Systems: Three Models of Media and Politics*. Cambridge University Press.
- Hallin, D. C., & Mancini, P. (2010). Comparing media systems: A response to critics. *Media & Jornalismo*, 9(2), 53–67.
- Hohlfeldt, A., & Grabauska, F. (2010). Pioneiros da imprensa em Moçambique João Albasini e seu irmão. *Brazilian Journalism Research*, 6(1), 195–214.
- Marques, A. H. de O. (1991). Portugal - da monarquia para a república. In J. Serrão & A. H. de O. Marques (Eds.), *Nova História de Portugal - Volume 11*. Presença.
- Nerone, J. (2018). Four theories of the press. *Oxford Research Encyclopedia of Communication*, September, 1–22.  
<https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228613.013.815>
- Sardica, J. M. (2012). O poder visível: D. Carlos, a imprensa e a opinião pública no final da monarquia constitucional. *Análise Social*, 47(2), 344–368.
- Seibert, F. S., Peterson, T., & Schramm, Wi. (1961). *Four Theories of the Press*. University of Illinois Press.
- Sousa, J. P. (2011). Uma história do jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974. Universidade Fernando Pessoa. <https://bdigital.ufp.pt/handle/10284/1163>
- Tengarrinha, J. (1898). *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Editorial Caminho.

#### **ARTIGOS PUBLICADOS EM O NEGRO:**

- A ferro e fogo. (1911, May 21). *O Negro*, 2, 1.
- A nossa orientação. (1911, March 9). *O Negro*, 1.
- As colónias nada devem à metrópole. (1911). *O Negro*, 1.
- Como Booker T. Washington interpreta a questão da raça negra. (1911, March 9). *O Negro*, 1.
- Das contribuições directas. (1911, March 9). *O Negro*, 4.
- Em prol dos negros. (1911, May 21). *O Negro*, 1.



Reflectamos. (1911, March 9). *O Negro*.

Tribuna do povo. (1911, October 23). *O Negro*, 3.

Um apelo. (1911, October 23). *O Negro*, 1.